

Universidade de São Paulo

**Sofia Kercher da Silva**

**até amanhã se Deus quiser**

São Paulo

2024

*“A família é uma máquina de produzir ficção sobre si mesma.”*

- Ricardo Piglia

**até amanhã se Deus quiser**

Memorial do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo e  
Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Renato Levi Pahim

**Agradecimentos**

Antes de sequer imaginar sobre o que seria esse trabalho, eu já pensava nessa parte. No agradecer. Ora empolgada, ora aterrorizada. Entendo desde muito cedo que um ser humano é a extensão de todos aqueles que cruzaram seu caminho, e que é impossível ser quem somos sem os outros. Como agradecer por uma vida inteira?

Apesar de me parecer uma incumbência impossível de se cumprir em página e meia, impossível mesmo seria não tentar. Então, aqui vai meu muito obrigada a quem me fez jornalista. E a quem me faz ser uma pessoa melhor, todos os dias.

À minha mãe e ao meu pai, Jerusa e Jorge, por tudo. Por terem me colocado nesse mundo e, desde então, terem me ajudado a entender o que é justo e certo. Pelo apoio incondicional em todos os tropeços (que não foram poucos), pela companhia, pela paciência, pelo amor. Mãe, por dividir comigo o gosto pela sétima arte; pai, por ter me entregue de bandeja seu gosto musical. Sem vocês, esse trabalho nada seria. Sem vocês, eu nada seria.

Aos meus irmãos, Bruno e Clara, por serem uma versão melhor de mim em todos os aspectos possíveis e imagináveis. Ser a primogênita não vem sem sua justa dose de primeiras-vezes e, sem manual de instrução, faço o melhor que posso. Espero que tenha conseguido pavimentar uma estrada que sirva de inspiração – do que fazer e, especialmente, do que não. Também espero que saibam que é sempre tempo de mudar de rota e encontrar aquela que nos faz mais feliz. Lembrem-se: jornalismo foi minha terceira tentativa de diploma.

À minha família, em especial aos meus primos Guilherme, Carol e Gabriela; minha tia Luzia, Goretti e Vera, meu tio Marcos e Paulo. Sem vocês, esse trabalho jamais teria saído do papel. Também à minha família estendida, minha Manuela, tia Márcia e tio Eginaldo. Obrigada por terem saído do caminho de vocês para que eu pudesse trilhar o meu.

Aos meus queridos amigos. Às Beatrizes Lopomo, Hermínio e Sardinha, à Luana, Thiago, Jaqueline, Aline e Tobia. À Mara, Laura, Malu, Guerra, Mariana, Gabriela, Sebastião e Dora. Vocês sempre serão a herança mais rica desses cinco anos da minha vida, a melhor parte dessa jornada. Carrego vocês do lado esquerdo do peito, bem no meio do coração.

À doce e talentosa Tamara, ao brilhante e hilário João. Que foram as primeiras pessoas que não tinham relação de sangue comigo a assistirem este documentário, e cuja gentileza me deu forças para acreditar que ele talvez pudesse ter algum valor fora do âmbito afetivo. Mais: por continuarem a confiar em mim e no meu trabalho, mesmo quando (e especialmente quando) nem eu cheguei lá ainda.

Ao meu orientador, Levi, cujas horas de conversa foram cruciais para que eu pudesse perder o medo de tirar este trabalho da minha cabeça e colocá-lo nas telas. Por ter me apresentado tanto do seu mundo, por ter tido paciência para ver um pouco do meu. Estendo esse agradecimento a todos os professores da ECA-USP, cuja inteligência incomparável sempre será referência em qualquer trabalho acadêmico e profissional que contenha meu nome.

Voltando um pouco na linha do tempo, dedico também este trabalho à minha professora Patrícia, de literatura. Você entendeu quem eu era muito antes que eu pudesse. Sua luz ainda me guia, e me guiará sempre. Da mesma época, agradeço à minha irmã Vivian, pelo apoio incondicional todos esses anos. Digo e repito: ter você por perto me faz acreditar que fiz algo certo nessa vida.

Em especial, à minha avó. Por ter compartilhado comigo seu universo particular, por ter feito o esforço para lembrar até aquilo que gostaria de esquecer. Por ter me ensinado na prática aquilo que eu tinha lido mais nova, em Guimarães Rosa: o que a vida quer da gente é coragem. Esse trabalho foi uma tentativa de fazer o que (ainda não comprovamos) impossível: te imortalizar. Te amo para todo o sempre.

Obrigada!

## **Sumário**

1. Ficha técnica	<b>7</b>
2. Justificativa	<b>8</b>
3. Introdução	<b>9</b>
4. Memorial descritivo	<b>13</b>
5. Referências	<b>19</b>

## 1. Ficha Técnica

**Título:** até amanhã se Deus quiser

**Ano:** 2024

**Direção:** Sofia Kercher da Silva

**Roteiro:** Sofia Kercher da Silva

**Edição:** Guilherme Aglio

**Orientação:** Prof. Renato Levi Pahim

**Elenco:** Carolina Coelho da Silva; Celsa Ferreira Coelho

**Músicas:** CARMINHO. **O Começo (Fado Bizarro)**. Maria Music, Portugal, 2018.

RIBEIRO, R. **Esta Voz**. World Music Records, Portugal, 2004.

**Duração:** 30 minutos

**País:** Brasil

## 2. Justificativa

**Até amanhã se Deus quiser** é um documentário que tem como objetivo contar a história de minha avó Carolina Coelho da Silva, de 91 anos. Especificamente, de uma parte de sua vida: como ela chegou ao Rio de Janeiro, há mais de 70 anos, vinda de Portugal; do infeliz cenário de exploração doméstica que se sucedeu; e de sua participação e do meu avô, Manuel Zeferino da Silva, na Juventude Operária Católica, entre 1956 e 1964.

Acima de tudo, este trabalho quer trazer à luz a complexidade ideológica de minha avó ao relembrar os anos em que ela e meu avô militaram pela JOC. Os paradoxos, contradições, idiossincrasias. E homenageá-la apesar de (e por causa de) tudo isso. À minha própria maneira.

### 3. Introdução

Na noite de 08 de novembro de 2023, eu estava sentada na sala do apartamento do meu primo Guilherme, em Laranjeiras, tomando uma cerveja. Eu, ele, meu outro primo Felipe, minha prima Carol e minha querida amiga Beatriz.

O baixo clero familiar reunido sem a vigília opressiva de nossos pais, tios – da nossa avó – é raro. Com audiência externa, então, beira o impossível. Nascia, ali, a oportunidade de contarmos um pouco mais sobre aquilo que nos unirá para sempre: nossa família.

Talvez fosse a excepcionalidade do evento. Talvez, a escassez de assunto. É possível que tenhamos nos dedicado com tanto afinco ao papo porque aquele fosse um dos únicos pontos em comum de conversa que temos. Somos feitos da mesma massa, mas estamos longe de ser o mesmo produto. Entre o silêncio sepulcral e destrinchar minuciosamente os eventos do Natal de 2010, a escolha parecia óbvia.

Por isso, relembramos. Os traumas que nos unem, os momentos que cravaram-se na nossa memória. O que sabemos sobre nosso avô Manuel, falecido em 2006. Os parentes que apreciamos e aqueles que temos vergonha de dividir o sobrenome. Tudo que há de mais humano e mais desumano na forma como essas pessoas navegam o mundo – e como afetou (e afeta) nosso processo de virar gente.

Nessa festa freudiana regada à Original 600 ml, o Guilherme menciona a JOC. Juventude Operária Católica. Especificamente, a curiosa participação dos meus avós no movimento, entre 1956 e 1964.

Até aquele momento, as informações que eu tinha eram as seguintes: minha avó veio ao Brasil com 21 anos acompanhada de um casal de portugueses, Manuel e Conceição Vieira. A lazer. Ficaria um ano viajando pelo país, e depois voltaria a Portugal. Conseguiria o diploma em literatura – que ela já havia iniciado, e cumprido três anos, em Vila Real – e de lá começaria a viver sua vida adulta.

A realidade transcorreu de outra forma. A família que a trouxe a submeteu a uma situação de trabalho doméstico não remunerado durante dois anos – e nunca a levou para viajar a lugar algum. Apenas para São Lourenço, em Minas Gerais, onde morava a irmã da Conceição. Depois de dois anos nessa situação, e já sem esperança de conhecer o Brasil como pretendia, ela decidiu que voltaria para Portugal. Coisa que nunca aconteceu: cortesia da Juventude Operária Católica, como explicado no documentário.

Dessa parcela, eu não sabia. Achei que ela tinha ficado pelo meu avô. Que eles tinham se conhecido na igreja, que ele tinha tirado ela da casa dos Vieiras e que ela tinha continuado no Brasil por amor. Meu avô trabalhava como marceneiro, minha avó tirou uma certificação e se tornou guia turística. Assim, viveram uma vida tranquila no Rio de Janeiro durante 47 anos. Tiveram quatro filhos – Marcos, Goretti, Jorge (meu pai) e Paulo – e passaram a vida em Vila Isabel, baixo Leblon e, finalmente, em Maricá, onde compraram a casa em que viveram até a morte do meu avô.

Minha avó seguiu trabalhando, se mudou para Copacabana em 2013, e só se aposentou na pandemia, no auge de seus 87 anos. Nunca morei perto dela, então o que sabia sobre sua vida passada era, em grande parte, por causa do meu pai. O que ela sempre gostou mesmo de contar foi sobre as viagens. Mas, como viajar só é bom para quem vai (raramente para quem fica e tem que ouvir as histórias recontadas centenas de vezes) passei a adotar um método menos investigativo ao falar do passado com ela. Nesse *modus operandi*, a militância passou despercebida todo esse tempo. Erro meu.

Claro, nem toda minha apuração afetiva estava incorreta. Foi por amor que ela permaneceu no Brasil. Mas não somente ao meu avô e ao país, mas pelo movimento operário que fez parte da vida dela durante tantos anos. Coisa que, até aquele dia, eu sequer havia ouvido falar. Nem da JOC, muito menos do envolvimento dos dois.

Voltemos à sala de estar em Laranjeiras. Aqui, vale um *disclaimer*: meu primo é de esquerda. Todos ali presentes eram, mas ele leva a taça. Nível: no joelho esquerdo dele, está estampado o rosto do Lula. No joelho direito, do Fidel Castro.

Decisões estéticas à parte, ele é uma das pessoas mais inteligentes que eu conheço. Entre suas sinapses trafegam conceitos sociológicos, nomes de pesquisadores, citações

bibliográficas e cifras de violão. Ele consegue manter uma conversa sobre praticamente tudo que há no mundo, sempre com um olhar tangente aos que os demais trazem à mesa. Senso crítico afiado somado a uma paciência de Jó. Não à toa, meu ídolo quando pequena. E meu grande amigo hoje.

Naquele momento, a discussão era sobre o posicionamento político dominante no alto clero da família. Votantes do Bolsonaro em 2018, votantes novamente em 2022 (minha avó inclusa). E esse conservadorismo pode ter ganhado fôlego com a ascensão da extrema direita no Brasil, mas não era exatamente novidade. Afinal, a informação que minha avó, uma senhora portuguesa extremamente religiosa de 91 anos, não seja a mais liberal das pessoas não é chocante para ninguém. Que os filhos dela tenham crescido sob essa doutrinação política, idem.

O choque não é o conservadorismo – o documentário não foi feito por causa dele. É, justamente, pelo contrário. Meu primo sabia pouco sobre a JOC, mas tinha tido acesso a alguns documentos que minha avó guardou da época. Em especial, algumas folhas com músicas sacras do movimento, cantadas durante os encontros de jovens operários. “Aquilo ali era meio comunista”, contou, rindo. Também me trouxe à luz o fato de meu avô quase ter sido preso na ditadura civil-militar que se iniciou em 1964 – sem maiores detalhes, dado o nível etílico que o comitê havia atingido.

Saímos todos, dançamos, nos divertimos. De manhã, acordei na casa da minha avó e imediatamente pedi para ver os ditos documentos – que aparecem em algumas cenas do documentário. O que mais me chamou atenção na época foi o começo de um canto de nome Altivo Trabalhador, que vai assim:

Ó trabalhador!  
É teu labor fecundo. Sem ti, o que será do mundo?  
Conhece agora o teu valor, ó trabalhador!

Entre o fragor das oficinas,  
leal, valente lutador,  
Já sabes que com teu labor  
A terra toda hoje dominas.  
E um pouco mais de bem estar

De ti recebe a humanidade,  
Sem ti não pode perdurar a sociedade. (Autor e ano desconhecido).

Ela me explicou que eles militavam pelos direitos dos trabalhadores. Falou que as empregadas domésticas só conseguiram ter os direitos que têm hoje por causa do movimento. A discrepância ideológica entre o que ela dizia ali e o que eu ouvi ela defender a vida inteira me mostrou que havia uma história a ser contada. Perguntei se ela tinha interesse em me contar mais sobre a JOC. Ela disse que sim. Assim que voltei das mini-férias no Rio de Janeiro, escrevi o rascunho do projeto que, hoje, apresento a vocês.

## 5. Memorial descritivo

Como posto na introdução, o trabalho começou a ser realizado no final de 2023. A ideia de fazer um documentário para meu Trabalho de Conclusão de Curso existe desde 2020, quando entrei na faculdade. É a área que mais gostaria de atuar, e uma que ainda não tive chance de fazer profissionalmente. Além disso, achei que seria a mídia mais palatável para que minha avó pudesse assistir depois.

Em primeiro momento, a pergunta que pairava era: será que esse problema de confusão ideológica é exclusivo da minha avó? Ou há outros traços similares no movimento católico como um todo?

Minha primeira missão – de dezembro de 2023 a maio de 2024 – foi de pesquisa acadêmica. Decidi afunilar: primeiro, estudando sobre a ligação da esquerda com religião no Brasil, que encontrei na Teologia do Cativeiro e da Libertação (Leonardo Boff, 1983). Posteriormente, segui para entender mais sobre a Juventude Operária Católica, da qual encontrei em livro de nome homônimo (Valmir Francisco Muraro, 1985).

A migração ideológica ficou mais clara neste último. Segundo a obra:

A JOC tentou oferecer os meios para exteriorizar aquilo que estava no interior do homem operário, fazendo-o acreditar em dias melhores. A conjugação dos fatos que se seguiram à industrialização dos anos 30 favorecia a implementação do “sonho”.

Nesse sentido a JOC foi um produto que resultou desse tipo de esperança, mais visível nos primeiros anos de sua existência. O Evangelho era definido como um fundamento de uma sociedade igualitária, justa e feliz (...). Esse mundo seria alcançado sem conflitos com as autoridades construídas. Por isso, inicialmente, a JOC foi um movimento caracterizado por vagos traços de reivindicações sociais, uma vez que seus objetivos eram mais espirituais que materiais. A ideia de revolução social não era, enfaticamente, colocada. (Muraro, 1985, p. 13-14).

O autor explica que o posicionamento ideológico do movimento vai se transformando ao longo do tempo, atingindo o auge à esquerda nos anos que sucederam o Golpe Militar de 1964 – à medida que “seus militantes foram perseguidos e encarcerados.” Descobri posteriormente que este foi o ano em que meu avô deixou o movimento.

Na mesma época, tive contato com outro trabalho sobre a Juventude Operária Católica, da pesquisadora Alejandra Luisa Magalhães Esteves, que escreve:

Bourdieu (1989) chama nossa atenção para o caráter plástico das religiões. Segundo o autor, a sobrevivência das crenças e práticas católicas no curso do tempo deve-se à sua capacidade de adaptação às novas funções que cumprem em favor dos sucessivos grupos que as adotam. (Esteves, 2011, p. 105).

O que explicaria como o movimento, que teve origem na Bélgica em 1925, teria assumido um caráter social mais ativo quando entrou em contato com o operariado brasileiro no começo dos anos 1950. E, claro, com os meus avós.

Vale a ressalva: tive uma certa dificuldade em encontrar referências bibliográficas atuais sobre a JOC. O que salvou o trabalho foi ter encontrado o Centro de Documentação e Informação (Cedic) da PUC-SP, que tem um acervo de documentos e fotos sobre todos os movimentos que encabeçavam a Ação Católica (além da JOC, a Juventude Universitária Católica, Juventude Agrária Católica e Juventude Independente Católica, para citar alguns exemplos). Explicarei mais sobre essa parcela do trabalho adiante.

De junho a julho, após minha primeira reunião com meu orientador, Renato Levi, comecei a assistir documentários que possuía algum cunho afetivo para que pudesse entender como essas histórias eram contadas. Assisti às recomendações do professor: Púlpito e Parlamento (Felipe Neves, 2018); 33 (Kiko Goifman, 2002); Cabra Marcado Para Morrer (Eduardo Coutinho, 1984); e VIDA (Tatiana Villela, 2019). Também assisti ao documentário Igreja dos Oprimidos (Jorge Bodanzky e Helena Salem, 1986), que fala sobre questão agrária na região do Rio Araguaia, com ênfase na participação da Igreja Católica.

Nesse momento, também percebi que, para construir o documentário da maneira como eu vislumbrava, minhas habilidades de edição de vídeo não seriam suficientes. Entra em cena, novamente, Guilherme: que é editor de vídeo profissional há anos. Como o projeto nasceu depois de uma conversa com ele, achei que seria interessante ter sua ajuda para trazer à luz a visão que eu tinha para o filme. Assim foi.

Depois disso, veio o processo de elaboração de perguntas e a construção de uma lista pré-estabelecida de imagens que eu gostaria de gravar para ilustrar o trabalho (a primeira imagem da cristaleira, por exemplo, já estava nessa lista desde o começo). Usei de exemplo as listas de perguntas do Museu da Pessoa, um museu virtual e colaborativo de histórias de vida. O professor Levi também auxiliou na construção da linha narrativa e da adição das perguntas finais, mais subjetivas e existenciais: foram 93 no total.

Havia uma questão grande nesse trabalho: o equipamento de gravação que seria utilizado. Eu não tenho câmera, tripé, microfone – na época, não tinha nem computador. Conversei com meu primo e irmão do Guilherme, Gabriel, que mora nos Estados Unidos e criava conteúdo com uma câmera semi-profissional. Ele disse que poderia me emprestar o equipamento, mas que era caro demais enviá-lo – portanto, teria que esperar até que minha mãe fosse aos Estados Unidos visitar o meu pai (que mora lá há cerca de um ano) para buscá-la e trazê-la consigo na mala. Isso só aconteceria em setembro. E eu não podia esperar.

Aluguei o equipamento de gravação do CJE (microfone de lapela... sem a lapela; câmera de vídeo e tripé... quebrado); e minha amiga Manuela me emprestou o computador de seu irmão, que usa mais o celular quando precisa (dado que está no auge de seus 16 anos).

Com base nessa restrição técnica, dividi o trabalho em duas partes: entrevistas e imagens ilustrativas. Por uma questão estética (não sou particularmente fã de quando a pessoa e o som aparecem sincronizados por muito tempo) e porque a câmera do CJE não tem a melhor qualidade de imagem. Também porque uma das minhas principais referências era um documentário chamado *A Vida Que A Gente Só Ouve Falar* (Julia Tami Ishikawa, 2014), um TCC de uma aluna de jornalismo que praticamente só utilizou de recursos visuais externos para sobrepor à narrativa dos personagens. Devo ter assistido uma dezena de vezes – tornou-se um dos meus documentários favoritos.

Na minha primeira ida em julho, que durou quatro dias, captei cerca de 8 horas de gravação, priorizando a qualidade do áudio em detrimento do vídeo. Afinal, bom som e imagem ruim é combo salvável. Imagem boa e som ruim, nem tanto.

Dei sorte da irmã da minha avó, Celsa, estar visitando a minha avó coincidentemente no mesmo momento que eu. Isso rendeu uma entrevista essencial para trazer à luz um pouco do esquema de exploração doméstica promovido por Manuel e Conceição Vieira.

Minha avó também me cedeu todos os documentos de arquivo que tinha, além das inúmeras fotos de família que tem guardado desde que veio ao Brasil.

Voltei para São Paulo, reassisti o material que havia captado e montei o roteiro do que seria o documentário. A partir daquele momento, ele nasceu na minha cabeça: quais imagens gostaria de adicionar, quais fotos seriam aproveitadas, quais músicas tocariam.

Também ficou claro que eu não apelaria para entrevistas externas para me ajudar a contar a história. Em incontáveis momentos da narrativa da minha avó, me peguei consultando o livro de Valmir Francisco Muraro, citado no início do memorial. Como ele me ajudou tanto a navegar a história de maneira mais objetiva, decidi que seria justo fazê-lo com o telespectador. Justamente para trazer um pouco mais de coerência histórica e jornalística à narrativa subjetiva. Uma forma de ancorá-la. E de validar a memória daquele momento – especialmente da ditadura militar.

Em agosto, eu entrei em contato com o Cedic. Fiz uma visita guiada, e passei a manhã e começo de tarde entendendo como poderia navegar os incontáveis arquivos da Juventude Operária Católica que ali estão localizados. Os arquivos do Rio de Janeiro e Niterói estão separados em nove caixas. Li documento por documento, fotografei aquilo que poderia agregar à narrativa da minha avó (naquele momento já pré-estabelecida). Também foi ali que percebi que a confusão ideológica da minha avó não era exclusiva, vi a progressão citada por Muraro ao longo dos anos. Mas também decidi que, independentemente do que o movimento dissesse ou não, aquilo que ela tinha me dito nas entrevistas (“A gente queria que o trabalhador tivesse uma vida digna”, por exemplo) seria suficiente para provar meu ponto. Afinal, o documentário era sobre ela, acima de tudo.

Vale ressaltar que não foi um trabalho simples. Segundo a Simone, pesquisadora que me ajudou a encontrar e navegar os documentos, a falta de procura pelos documentos da Ação Católica (que atingiu o auge nos anos 90 e só arrefeceu desde então) fez com que os documentos ainda não tivessem sido organizados adequadamente. Houve uma mudança de prédio no meio do caminho, enfim. Ficamos um tempo tentando entender quais caixas poderiam conter algo que me interessaria. O segredo foi abrir uma por uma, e marcar um retorno ao Cedic depois da minha última viagem ao Rio.

Em setembro, já com a câmera melhor em mãos, me dirigi de novo ao Rio de Janeiro – desta vez para ficar durante uma semana. Essa visita envolvia gravar minha avó dentro do apartamento (imagens ajeitando a casa, se arrumando, vivendo a vida como ela sempre vive); do apartamento em si; da Quinta da Boa-Vista, para a reprodução de uma imagem de mais de 50 anos atrás; para a antiga sede da JOC em Niterói, onde ela militava e onde ela casou; a casa em que ela chegou ao Brasil, também em Niterói; a Igreja da Nossa Senhora da Boa Viagem, onde ela e meu avô começaram a namorar e, por fim, o Cemitério de Maricá, onde meu avô está enterrado.

Muitos problemas técnicos aconteceram nesta parcela do caminho. Eu não tinha a menor ideia sobre como mexer na câmera nova, e 15 dias de familiaridade e vídeos no Youtube não foram suficientes para me salvar da desconfiança tecnológica que criou-se entre nós. No primeiro dia de gravações, na Quinta da Boa Vista, eu não tinha tripé, e achei que não fosse necessário (tinha feito gravações sem com a câmera do CJE sem grandes transtornos). Ao chegar em casa e baixar os vídeos, notei que estavam todos tremidos. Ajustável na edição (descobri depois de ligar para o Guilherme com certo grau de desespero) mas ainda sim preocupante. Como gravaria o resto das imagens desta forma?

Por sorte, o pai de minha amiga Luana, Eginaldo, está morando no Rio e me emprestou o tripé dele por quanto tempo precisasse. Ele passou na casa da minha avó, me mandou um vídeo ensinando a mexer, e se colocou à disposição caso eu tivesse alguma dúvida.

Nos dias seguintes, arquitetei algumas caronas com meus tios – minha tia Goretti e meu tio Marcos, ambos irmãos do meu pai e filhos da minha avó – para me ajudar a transportar minha avó para as localidades necessárias (e para me ajudar a ficar de olho nos

arredores das gravações, dado que as ruas do Rio de Janeiro não são exatamente a primazia da segurança para equipamentos). Sinto que isso prejudicou um pouco minha capacidade de gravar imagens à esmo, mais descompromissadas, que poderiam ter enriquecido o trabalho. Fiz o que pude com as ferramentas e a coragem que tinha.

Também havia uma evidente limitação física: minha avó está bem, mas não deixa de estar no crepúsculo do centenário. Os passeios foram muito rápidos (também porque fazia mais de 30 graus no Rio naquela semana). Isso gerou uma economia máxima de captações – 98% do material que eu gravei com ela foi aproveitado no filme. Há, no máximo, 3 cenas de sobra, que ficaram de fora pela falta de qualidade estética ou pela tremedeira irreparável da cineasta.

Ao voltar para São Paulo, marquei uma nova visita ao Cedic, em que consultei e tirei foto daquilo que faltava para a parte ilustrativa. Separei tudo que tinha em pastas no computador, escolhi os vídeos que melhor ilustravam cada momento da narrativa, e fui ao Rio de Janeiro pela última vez – dessa vez direto para Niterói, passar pouco mais de uma semana na casa do meu primo Guilherme.

A edição não foi simples nem fácil. Ambos conciliamos as demandas do trabalho durante o dia, e editamos durante a noite. A parte boa é que eu já sabia exatamente o que eu queria. O documentário estava morando na minha cabeça por meses. E ele sabia exatamente como pegar essas ideias e materializá-las.

Em primeiro momento, separamos em ordem os trechos que eu acreditava ter algum valor. Meu primo selecionou-os e os ajeitou em linha cronológica do melhor jeito que pode. O problema é que minha avó não é uma pesquisadora, tampouco uma contadora de histórias nata. Havia repetições, buracos, digressões imensas. Essa foi a parte mais longa e difícil – ao final, o trabalho no Premiere havia se tornado um grande Frankenstein de áudios.

A partir dali, ele me perguntou quais imagens eu queria que entrassem em determinados momentos. Selecionei rapidamente as que imaginava, ele fez o tratamento para estabilizar a padronizar a cor (havia uma insistência para colocarmos um filtro mais retrô na pós-produção, da qual fui veementemente contra. Achei que dava um ar póstumo que pouco combinava com a proposta do filme). Também decidimos testar com e sem trilha sonora – e

ambos concordamos que a trilha tornava-o infinitamente mais interessante. Ele tentou selecionar mais músicas, mas eu queria apenas duas, já há meses separadas especialmente para aquela finalidade.

Optamos, nesse momento, por não escrever informações complementares ou adicionais ao longo do documentário. Gostamos da ideia de preservar a proposta artística, mesmo que isso significasse que algumas coisas ficariam em aberto até o último momento. A primeira versão saiu no dia 17 de outubro.

Depois disso, voltei para casa e, à distância, elaboramos mais quatro cortes. Foi importante mostrá-lo para membros de dentro e de fora da família – para entender se haviam problemas narrativos, questões técnicas, buracos a serem preenchidos. O que mais sofreu alterações foram os créditos, espaço em que novas informações foram adicionadas, somadas a imagens ilustrativas da minha avó viajando (desejo que ela expressa no começo do documentário, e que foi tirado dela pela situação na casa dos Vieiras). A última versão ficou pronta no dia 26 de novembro de 2024 – 1 ano e 18 dias depois do esquenta na casa do Guilherme.

Acima de tudo, o que aprendi nesse trabalho é que, ao contrário das reportagens escritas, não existe trabalho audiovisual feito só. Sem a ajuda destas incontáveis pessoas – sem os equipamentos, conselhos, caronas – ainda que o documentário pudesse ser idealizado, ele jamais conseguiria ter ganhado vida. A alma do trabalho é minha avó – mas o corpo são os outros.

## 6. Referências (bibliografia e filmografia)

- BOFF, L. Teologia do Cativeiro e da Libertação. São Paulo, Círculo do Livro, 1983.
- ESTEVES, A. A Igreja e os Trabalhadores Católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica. *Mneme - Revista de Humanidades*, 11(29), 2011 – Jan/Julho
- MURARO, V.F. Juventude Operária Católica. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CEDIC-PUC-SP. Disponível em: <<https://www4.pucsp.br/cedic/index.html>>.
- A Igreja dos Oprimidos. Direção de Jorge Bodanzky e Helena Salem. Pará: Embrafilme, 1986.
- VIDA. Direção de Tatiana Villela. Eslovênia, Vimeo, 2019.
- 33. Direção de Kiko Goifman. Belo Horizonte, TV Cultura, 2002.
- PÚLPITO e Parlamento: Evangélicos na Política. Direção de Felipe Neves. Trabalho de Conclusão de Curso para a Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2015.
- CJE ECA. A vida que a gente só ouve falar. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Sx6XWPEc\\_O0](https://www.youtube.com/watch?v=Sx6XWPEc_O0)>.